

## **OS SALÁRIOS, AS POLÍTICAS MACROECONÓMICAS E AS DESIGUALDADES**

<b>Introdução .....</b>	<b>2</b>
<b>1. OS SALÁRIOS E AS POLÍTICAS MACROECONÓMICAS.....</b>	<b>2</b>
<b>2. A DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DOS SALÁRIOS.....</b>	<b>6</b>
<b>3. OS SALÁRIOS NO CONTEXTO DA UE .....</b>	<b>10</b>
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>12</b>

Lisboa, Abril de 2010

## Introdução

Vivemos hoje num contexto de uma enorme pressão sobre os salários. Invoca-se que há perdas de competitividade económica porque os aumentos salariais foram excessivos em termos de possibilidades económicas; que os salários são superiores ao aumento da produtividade; que os aumentos verificados em 2009 foram demasiado elevados atendendo a que baixaram os preços no consumidor; que a resposta à crise económica passa por salários mais baixos ou, pelo menos, por aumentos salariais mais reduzidos; que a defesa do emprego exige o sacrifício dos salários.

A campanha contra os salários assume formas muito diversas. No plano ideológico destacam-se posições na comunicação social providas do Governo, do patronato ou de analistas económicos e políticos. O Governo avança com medidas limitativas no Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 (PEC), onde se inclui a “forte contenção salarial” na Administração Pública e nas empresas do Sector Empresarial do Estado. A anunciada revisão do subsídio de desemprego vai no sentido de os desempregados terem de aceitar empregos com salários mais baixos. Na contratação colectiva o patronato aproveita o ambiente criado para procurar congelar os salários ou aplicar menores aumentos salariais.

Este texto está estruturado em três partes. O primeiro (os salários e as políticas macroeconómicas) aborda questões relacionadas com a retoma económica, a repartição do rendimento, a previsível elevação da taxa de juro e a inflação.

O segundo (a desigualdade na repartição do rendimento) analisa as desigualdades salariais e destaca os trabalhadores de baixos salários.

O terceiro (os salários no contexto da UE) compara a situação portuguesa com a dos outros países europeus em relação à evolução do nível de vida, dos salários e das desigualdades salariais.

## 1. OS SALÁRIOS E AS POLÍTICAS MACROECONÓMICAS

### *Contexto: retoma económica e programa de estabilidade e crescimento (2010-2013)*

O país saiu de uma recessão mas a retoma económica é débil e poderá ser prejudicada pelo conteúdo do PEC. A prioridade é de novo colocada na redução do défice público e são apontadas medidas salariais restritivas, como o congelamento dos salários dos trabalhadores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado.

O facto da recessão não ter sido tão forte em Portugal (-2,7%) como na média dos países da UE (-4%) não constitui razão para optimismos. A verdade é que a década passada foi marcada por um baixo crescimento, tendência que se irá manter nos próximos anos. A crise de emprego irá assim manter-se. O medo de perda de emprego, num contexto em que a taxa de desemprego ultrapassa os 10%, funciona como um elemento de pressão sobre os salários.

Esta situação é reforçada pela redução da inflação em 2009 (-0,8%) e pelas baixas expectativas em relação a 2010, o que torna a negociação salarial mais difícil.

### *Os salários e a retoma económica*

No presente contexto, constituem os aumentos de salários um factor positivo ou negativo? No primeiro caso, argumenta-se com um factor de dinamização do crescimento devido ao aumento da procura interna (vertente que se aborda a seguir). No segundo caso, invoca-se que há deterioração da competitividade-custo.

O quadro seguinte contém o cenário macroeconómico para o período de 2010 a 2013 constante do programa de estabilidade e crescimento, a qual compara com a evolução verificada em 2008 e 2009. Indicam-se também os valores (expressos em milhões de euros) das componentes do PIB em 2009, bem como indicadores sobre os preços e o mercado de trabalho.

#### **Cenário macroeconómico**

	Valores (2009)	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PIB	163595,4	0,0	-2,7	0,7	0,9	1,3	1,7
Procura interna	176022,1	1,3	-2,5	0,3	0,4	0,6	1,0
Consumo privado	107864,1	1,7	-0,8	1,0	0,8	0,9	1,0
Consumo público	36875,8	1,1	3,5	-0,9	-1,3	-1,5	0,2
FBCF	31516,3	0,5	-12,6	-10,8	-1,0	1,6	1,8
Exportações	46218,0	-0,5	-11,6	3,5	4,1	4,5	4,6
Importações	58644,7	2,7	-9,2	1,7	0,9	1,3	1,7
Inflação		2,6	-0,8	0,8	1,9	1,9	2,0
Emprego		0,4	-2,9	-0,1	0,1	0,4	0,6
Taxa de desemprego		7,6	9,5	9,8	9,8	9,5	9,3

Fonte: INE e Governo (PEC)

Observa-se que o consumo (privado e público) constitui a principal componente do produto. A evolução do consumo está associada à do rendimento disponível das famílias (o rendimento que fica depois de se pagarem os impostos e as contribuições sociais) e neste pesam os rendimentos do trabalho já que representam 70,6% do total. Uma outra componente importante é a das transferências para as famílias, como as prestações da segurança social e as remessas de emigrantes. Em síntese, o consumo tende a aumentar quando se eleva o rendimento disponível, a menos que as pessoas poupem mais (como ocorreu em 2009). Para isso, é preciso melhorar os salários.

Argumenta-se, em contrário, dizendo que: (1) a melhoria dos salários pode conduzir ao aumento das importações; (2) a necessidade de exportar obriga as empresas a melhorarem o seu desempenho porque competem em mercados mais exigentes. Estes argumentos devem ser considerados. O primeiro minimiza a importância do mercado interno. Mas é verdade que a fragilidade do tecido produtivo conduz ao aumento das importações. A solução não pode ser restringir os salários mas antes responder aos problemas produtivos. Quanto ao segundo, deve salientar-se que não se está a propor a autarcia, isto é o fecho de relações económicas externas, mas um mais adequado equilíbrio entre mercado interno e mercados externos.

Se olharmos para o cenário macroeconómico do PEC vemos que o crescimento (o baixo crescimento) está quase só dependente das exportações. Para estas prevê-se um aumento de 4% face a menos de 1% para a procura interna.

Nestas condições é de esperar que não se altere significativamente a situação no mercado de trabalho: o emprego poderá estagnar o que não conduz à redução da taxa de desemprego (9,7% em média entre 2010 a 2013).

Em períodos de crise é fácil fazer passar a mensagem de que mais vale não aumentar os salários do que perder o emprego. O problema está em que, mesmo que tal possa ser verdadeiro em certos casos (ex. um empresa em crise), a propagação destas reduções a outras empresas diminui a procura na economia, o que, em última instância, conduz ao encerramento de empresas.

Em suma, uma compressão pelas empresas dos salários tem efeitos na procura interna traduzindo-se num baixo crescimento; agrava um clima depressivo já que as famílias temem o futuro; não contribui para o aumento do emprego absorvendo desemprego; tem impacto noutras variáveis (como o pagamentos de dívidas a bancos).

### ***Salários, produtividade e repartição do rendimento***

Os salários são com frequência responsabilizados pelo fraco desempenho da economia portuguesa. Reconhece-se que o nível salarial é baixo e que a duração média do trabalho é relativamente elevada mas argumenta-se que os aumentos têm sido excessivos do ponto de vista das possibilidades económicas, invocando-se que têm crescido acima da produtividade.

Vejamos se é assim, utilizando os dados das Contas Nacionais para o período de 2000 a 2009<sup>1</sup>.

#### **Os salários e a distribuição do rendimento**

	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
PIB *	163,6	166,4	163,0	155,4	149,1	144,1	138,6	135,4	129,3	122,3
Emprego (mil)	5016	5147	5125	5126	5100	5117	5121	5151	5121	5030
Remunerações*	85,6	83,5	80,1	77,7	75,4	71,8	69,5	67,7	64,4	61,0
Produtividade (mil €)	32,6	32,3	31,8	30,3	29,2	28,2	27,1	26,3	25,2	24,3
- Índice	134,2	133,0	130,8	124,7	120,2	115,8	111,3	108,1	103,8	100,0
Remuner. mensal (€)	1219,0	1158,8	1117,1	1082,7	1056,0	1002,3	969,5	938,8	898,2	866,8
- Índice	140,6	133,7	128,9	124,9	121,8	115,6	111,8	108,3	103,6	100,0
Rmunerações/PIB (%)	52,3	50,2	49,2	50,0	50,6	49,8	50,1	50,0	49,8	49,9

Fonte: INE; \* mil milhões de euros

Verifica-se haver uma tendência de estabilização da parte salarial na distribuição do rendimento nacional entre 2000 e 2007. As remunerações, incluindo as contribuições patronais para a segurança social, representavam em 2007 a mesma participação que em 2000, apesar do emprego remunerado ter aumentado. Os salários representavam 49,9% do PIB em 2000 e 50,2% em 2008, mas esta pequena variação é devida ao aumento do emprego. Se retirarmos este efeito, verifica-se uma baixa. Esta distribuição está longe da verificada nos anos a seguir ao 25 de Abril onde a parte salarial ultrapassava os 60%.

A situação altera-se em 2009 devido à crise económica. A produtividade reduziu o crescimento enquanto os salários reais se elevaram devido à queda inesperada dos preços no consumidor.

Em suma, o que se pode concluir é que não houve neste período uma pressão salarial irrealista, no sentido de não ter correspondência na produtividade. A remuneração mensal até cresceu

<sup>1</sup> Os dados de 2007 a 2009 não são definitivos.

menos que a produtividade entre 2000 e 2007<sup>2</sup>. Que o nível de produtividade seja insuficiente (32,6 mil euros por pessoa empregada em 2008) é uma outra história.

Tem-se muitas vezes confundido recessão com queda da produtividade. Não é assim. A produtividade do trabalho é medida pela relação entre o produto (o PIB) e o emprego ou as horas trabalhadas. Se num ano de crise o emprego cair mais que o produto há aumento de produtividade e não o contrário.

Vejamos o que ocorreu em 2009. Neste ano o produto baixou 2,7% e o emprego 2,5% pelo que a variação da produtividade foi pequena (-0,2%). Mas se medirmos em horas trabalhadas, que constitui um critério mais adequado, o quadro é diferente: as horas trabalhadas diminuíram mais que o produto pelo que a produtividade aumentou (+0,7%).

#### Variação do produto, emprego e horas trabalhadas (%)

	2009
PIB	-2,7
Emprego total	-2,5
Horas semanais efectivamente trabalhadas	-3,4

Fonte: INE (Contas Nacionais e Inquérito ao Emprego)

Refira-se ainda que os custos com a mão-de-obra constituem apenas uma dimensão da competitividade (a competitividade pelos custos) que tende a perder importância no contexto de economias desenvolvidas. Estes custos representam apenas uma componente do total (a parte dos custos com o pessoal nos custos totais é de 12,5% em 2007 nas empresas não financeiras). O problema das empresas não reside nos custos da mão-de-obra (que são dos mais baixos no contexto da zona euro), mas antes nos chamados factores dinâmicos da competitividade, o que tem a ver com vertentes como a produtividade, a qualidade, a gestão estratégica, a inovação, a qualificação, a capacidade de desenvolver novos produtos e processos, etc. A melhoria destes factores exige a melhoria dos salários e não o contrário.

#### *O efeito da elevação das taxas de juro*

A despesa com o pagamento de juros resultantes do crédito à habitação encontra-se em subida, o que tem como resultado diminuir a parte do rendimento que fica disponível para consumo, líquida desta despesa. Este processo tem três componentes principais:

- *As margens cobradas pelos bancos:* estas margens estão em aumento desde o início de 2009, o que afecta os novos contratos. As margens mínimas praticadas pelos principais bancos, anteriores a esta subida, situavam-se em valores da ordem de 0,35% enquanto são hoje (Abril) da ordem de 1% (0,95% na CGD); por sua vez, as margens máximas que eram antes de 1,5% a 2% são hoje superiores a 3% (3,2% na CGD);
- *A taxa de juro (Euribor):* esta taxa tem vindo a descer mas perspectiva-se a sua subida num futuro próximo, o qual está dependente da recuperação da economia na UE;
- *A parte financiada pelos bancos:* os bancos não emprestam hoje mais de 90% do valor de aquisição dos imóveis.

---

<sup>2</sup> Este indicador de remuneração mensal não é o mais adequado para apreciar a evolução do nível de vida. De facto, a remuneração mensal pode aumentar na economia em resultado de outros factores, como a melhoria das qualificações.

Esta situação tem um impacto nas despesas das famílias. Mesmo que não ocorra este ano a subida das taxas de juro de referência (a Euribor), verifica-se que as famílias interiorizaram a sua subida num prazo próximo, o que reforça uma perspectiva de menores recursos disponíveis para consumo, após o pagamento desta despesa. Se tivermos em conta as medidas anunciadas no âmbito do PEC que reduzem o rendimento disponível (restrições salariais, aumento do IRS...), temos um quadro que não favorece o estímulo da economia por via da dinamização da procura interna.

### ***O rendimento disponível, o consumo e a inflação***

Referiu-se já que o consumo está associado à evolução do rendimento disponível (o rendimento que fica depois de se pagarem os impostos e as contribuições sociais) das famílias. Porém, em 2009 tal não aconteceu. Apesar do desemprego, o rendimento disponível não caiu tendo aumentado em termos reais. Nesta evolução pesaram factores como a melhoria dos salários reais (os salários contratuais reais cresceram 3,7%), a baixa das taxas de juro e maiores transferências para as famílias, no quadro das medidas de combate à crise. O que não impediu a descida nominal do consumo de -2,5%. O contexto de crise foi determinante. Os trabalhadores e a população em geral temem o futuro devido ao aumento do desemprego, o que leva a consumir menos, sobretudo a adiar a compra de bens duradouros.

A queda da procura teve também consequências na inflação (-0,8), para a qual contribuiu igualmente a descida dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais. Existirão riscos deflacionistas? Segundo o Banco de Portugal, não. Esta instituição prevê uma inflação de 0,8% este ano e de 1,5% em 2011, tendo sobretudo em conta a subida do preço das matérias-primas, em particular do petróleo. Saliente-se que a descida dos preços no consumidor em 2009 não foi generalizada: desceu nas classes com mais impacto no Índice de Preços no Consumidor, caso dos transportes (-3,7%) e da alimentação e bebidas não alcoólicas (-3,4%); mas subiu noutras como a educação (3,5%) e as bebidas alcoólicas e tabaco (3,3%). Se não se pode falar em deflação (em Março a inflação homóloga foi de 0,5%) não deixam de se constatar pressões de natureza deflacionista. Recorde-se que em 2009 a inflação na UE foi de 1% e só em três países (Portugal, Irlanda e Espanha) houve queda no índice de preços no consumidor.

Em suma, a evolução do consumo e da inflação traduz factores de carácter depressivo que se poderão agravar no contexto do PEC, como mostram as projecções do Banco de Portugal para 2010-2011. Esta instituição revê em baixa as previsões de crescimento; afirma que a perspectiva da subida das taxas de juro e as medidas do Orçamento de Estado para 2010 e do PEC condicionam a situação económica; aponta uma queda do rendimento disponível real; prevê a diminuição da procura interna; admite que a destruição líquida de emprego se mantenha este ano, o que significa um novo agravamento do desemprego.

## **2. A DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DOS SALÁRIOS**

### ***Um em cada três trabalhadores ganhava menos de 500 euros em Outubro de 2007***

Em 2007, um em cada três trabalhadores por conta de outrem (TPCO) a tempo completo ganhava menos de 500 euros, o que abrangia cerca de 930 mil trabalhadores declarados nos Quadros de Pessoal. De acordo com uma outra estatística, os trabalhadores a receber o salário

mínimo era então de 7,4%. Observa-se também que 80% dos TPCO ganhavam menos de mil euros.

#### TPCO por escalões da remuneração de base (%)

Escalões €	Total	Homens	Mulheres
Menos de 403	0,6	0,5	0,9
De 403 a 499,99	32,7	24,6	43,4
De 500 a 999	47,0	52,5	39,3
De 1000 a 2499	17,0	18,7	14,9
De 2500 a 4999	2,3	3,0	1,4
= ou > a 5000	0,4	0,7	0,1

Fonte: Quadros de Pessoal 2007

Tem-se referido a “geração de 500 euros”, a qual obteria hoje empregos pior remunerados, sobretudo nos serviços (por exemplo, em centros de chamadas ou em supermercados) mesmo tratando-se de jovens que têm, muitas das vezes, elevadas (mas não utilizadas) habilitações.

Mas não serão apenas os novos empregos a explicar esta evolução dado o elevado volume de trabalhadores cobertos e à diversidade de situações existentes. Se olharmos para os sectores, constatamos que o limiar dos 500 euros é representativo nas indústrias transformadoras (41%) e que atinge 73,3% nas indústrias têxteis, de vestuário e calçado e perto de 60% no mobiliário; nos restantes sectores destacam-se o alojamento e restauração (mais de metade),

#### *Os quadros superiores ganham 6 vezes mais que os trabalhadores não qualificados*

O salário de base dos quadros superiores em 2007 (2783 euros) era 6,1 vezes a de um trabalhador menos qualificado (455 euros), de acordo com os dados dos Quadros de Pessoal.

#### Remuneração de base (€)

	1991	1995	2000	2007
Total	349	494	614	700
Homens (H)	384	545	678	756
Mulheres (M)	291	417	525	603
Quadros superiores (QS)	994	1406	1740	2783
Qualificados	337	451	532	636
Não qualificados (TNQ)	248	333	393	455
QS/TNQ	4,0	4,2	4,4	6,1
M/H	0,76	0,77	0,77	0,80

Fonte: GEP-MTSS, Quadros de Pessoal

Estes dados revelam disparidades salariais muito acentuadas e uma tendência para o aumento da desigualdade já que este leque salarial era de 4 em 1991. A abertura do leque salarial ocorreu nas duas últimas décadas, mas é mais intensa na última. As remunerações que mais têm crescido têm sido as dos quadros superiores que também aumentaram a diferença em relação aos trabalhadores qualificados (de 2,9 em 1991 para 4,4 em 2007). Por sua vez, manteve-se a diferença relativa entre os trabalhadores qualificados e os não qualificados (a remuneração dos primeiros é 1,4 vezes superior).

Verifica-se também que as mulheres têm um salário que é 20% inferior ao do homem. Há porém aqui uma tendência de aproximação, ainda que lenta, já que o desvio era de 76% em 1991.

### *Quem são e onde trabalham os trabalhadores de baixos salários?*

Deram-se já indicações sobre os trabalhadores de baixos salários, considerando factores como os sectores de actividade, a qualificação e o sexo. Tendo como base a mesma fonte estatística (Quadros de Pessoal de 2007) pode também observar-se:

- Os salários são significativamente inferiores nas pequenas empresas (a remuneração de base nas empresas de 1 a 4 trabalhadores era 56% do valor verificado nas empresas com 500 e mais trabalhadores);
- Um doutorado tem um ganho 3,8 vezes superior ao de um trabalhador sem o 1º ciclo do ensino básico. Contudo, as habilitações literárias pesam menos que a qualificação onde o leque é maior;
- O tipo de contrato tem também influência. A remuneração de base de um contratado a termo é de 655 euros face a 880 euros no caso de ter contrato sem termo (ou seja, ganha 25% menos)<sup>3</sup>.

Os trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo têm vindo a crescer, passando de 4,5% em 2006 para 8,2% em Abril de 2009. Este crescimento está relacionado com a valorização do salário mínimo nos últimos anos. Há mais trabalhadores a receber o salário mínimo porque os escalões salariais próximos deste se têm deixado “apanhar”, isto é o crescimento tem sido inferior ao verificado para o salário mínimo.

### *Remunerações dos executivos*

As remunerações dos gestores têm constituído um tema de discussão pública por diferentes motivos. A mais importante é o elevado valor que estas remunerações assumem nalgumas empresas. Estas remunerações têm sido também responsabilizadas como um dos factores que contribuiu para a crise financeira porque a elevada componente variável das remunerações dos gestores empurrou os bancos para operações de risco com o fim de empolarem os lucros<sup>4</sup>. Tem sido objecto de contestação a falta de transparência sobre os valores praticados e a sua composição. E tem-se discutido a forma de penalizar fiscalmente as remunerações dos executivos. Esta nota apenas aborda o primeiro destes quatro aspectos<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Esta diferença alargou-se para 26,4% em 2008, sendo ainda maior em termos de ganho, onde é de 27,6%.

<sup>4</sup> Esta responsabilização é também feita pelo Banco de Portugal (Recomendações sobre políticas de remuneração, 1.2.10).

<sup>5</sup> Foi aprovada em 2009 legislação que obriga as entidades de interesse público e cotadas a divulgar o montante anual da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização de forma agregada e individual (Lei nº 28/2009 de 19.6). A Comissão de Mercado de Valores Mobiliários defendia desde há vários anos esta medida a que as empresas se opuseram.



Em 2008, um membro da Comissão Executiva de uma instituição financeira ganhava em média perto de 55 mil euros mensais, o que equivalia a quase 129 salários mínimos (cujo valor era então 426 euros) e a mais de 52 salários médios (o ganho médio era de 1068 euros).

#### Remunerações de gestores (2008)

	Anual	Mensal
Total		
Conselho de Administração	275006	19643
Comissão Executiva	577455	41247
Conselho de Administração executiva	782213	55872
Gestores exclusivamente executivos*	595150	42511
Sector financeiro		
Conselho de Administração	361686	25835
Comissão Executiva	767932	54852
Conselho de Administração executiva	468571	33469
Gestores exclusivamente executivos*	698081	49863

Fonte: CMVM (Relatório Anual sobre o Governo das Sociedades Cotadas em Portugal - 2009)

\* Membros da Comissão Executiva e dos Conselhos de Administração exclusivamente executivos

Em termos individuais, indica-se no quadro seguinte as remunerações totais recebidas em 2009 pelos gestores melhor pagos, considerando nestes os que recebem valores anuais acima de 1 milhão de euros. No topo vem o presidente executivo da EDP cuja remuneração total recebida nesse ano equivaliu a 493 salários mínimos.

#### Os gestores mais bem pagos em 2009

	Empresa	Anual	Mensal
António Mexia	EDP	3103	222
Zeinal Bava	PT	2525	180
Ferreira de Oliveira	GALP	1574	112
Queirós Pereira	Semapa	1287	92
Paulo Azevedo	Sonae	1121	80
Ricardo Salgado	BES	1053	75

Fonte: DN, 9.4.10, mil euros

Estas remunerações não são apenas chocantes pelos valores em causa. São-no também porque contrastam com o baixo nível de remunerações praticado no país<sup>6</sup>. E também porque estas remunerações (bem como os elevados lucros que continuam a verificar em muitas empresas e a aumentar no caso dos bancos privados<sup>7</sup>) contrastam com medidas de restrição salarial para a generalidade dos trabalhadores.

<sup>6</sup> Os defensores da remuneração de A. Mexia invocam terem sido cumpridos e ultrapassados objectivos fixados. Como se a generalidade dos trabalhadores que cumpre o ultrapassa objectivos, desde logo na EDP, tivesse acesso a tal nível de remuneração.

<sup>7</sup> Os lucros dos 4 maiores bancos privados (BES, BCP, BPI e Santander Totta subiram 14% em 2009.

### 3. OS SALÁRIOS NO CONTEXTO DA UE

#### *Baixa do nível de vida*

O nível de vida distanciou-se da generalidade dos países da União Europeia (UE), devido ao fraco crescimento económico que caracterizou quase toda a década passada e que se prevê continuar na actual. O Eurostat, o organismo estatístico da UE, mede a evolução do poder de compra através da variação do produto interno bruto (PIB) ajustado dos preços relativos e da população. Portugal tinha em 2008 um produto por pessoa que era de 76% da média na UE, sendo de 78% em 2000. No mesmo período, a Espanha teve uma aproximação do nível de vida de superior a 5 pontos percentuais.

#### **Evolução do nível de vida (UE 27 = 100)**

	2000	2005	2008
Portugal	78,0	77,0	76,0
Espanha	97,3	102	102,6

Fonte: Comissão Europeia

#### *Ganho médio anual é 41% da UE 15*

A comparação salarial com os países da UE mostra a posição desfavorável de Portugal. Esta comparação é feita para as empresas de 10 e mais trabalhadores, trabalhando estes a tempo completos. O ganho é de 41% da média da UE 15 e de 70% do verificado em Espanha. Houve mesmo afastamento nesta década dos ganhos portugueses em relação aos praticados em Espanha.

#### **Ganho bruto anual (€)**

	2000	2005	2006	2007
UE 15	30889	35485	36123	
Portugal	12620	14042	14893	15345
Espanha	17342	20333	21402	21891
Portugal/UE 15 (%)	40,9	39,6	41,2	
Portugal/Espanha (%)	72,8	69,1	69,6	70,1

Fonte: Eurostat

#### *Salários reais na contratação colectiva*

Nos últimos anos, não houve aproximação dos salários contratuais dos portugueses em relação à média comunitária, ao contrário do que se passa com os novos países-membros. Em 2008, o salário real contratual (sem a Administração Pública) teve um aumento do poder de compra de 0,5% enquanto na UE o crescimento foi de 1,3% e nos novos países membros foi de 2,4%.

### Aumentos salariais reais na contratação colectiva (%)

	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003
UE27		1,3	3,6	2,7	1,9	1,4	
UE15		0,3	1,0	0,8	0,6	1,0	1,0
NPM12		2,4	6,9	5,2	3,5	1,9	
Portugal	3,7	0,5	0,4	-0,4	0,4	0,5	-0,3

Fonte: Fundação de Dublin e CGTP-IN (para Portugal)  
NPM= novos países membros; NPM12 inclui Bulgária e Roménia

### Desigualdades salariais

As desigualdades salariais são muito acentuadas. Uma medida da relação entre os 10% melhor e pior remunerados revela que os primeiros ganham 5,3 vezes mais que os segundos em 2006. Portugal era o segundo país da UE onde este desnível era mais acentuado, vindo depois da Letónia. Em comparação, na Dinamarca (o país com maior igualdade) este indicador era de 2,3.

### Trabalhadores de baixos salários

O número de trabalhadores com baixos salários mantém-se elevado. Abrange 20% dos trabalhadores a tempo inteiro em 2006, segundo uma estatística do Eurostat (Inquérito à Estrutura dos Ganhos), a qual permite comparar a situação portuguesa no contexto europeu. Considera-se que um trabalhador a tempo inteiro recebe um baixo salário se ganhar menos de 2/3 do salário mediano. Não se cobre pois outros determinantes da desigualdade salarial como o tempo parcial, o qual tem uma grande importância em muitos dos países da UE, mas não em Portugal. Os dados do quadro contrastam a situação portuguesa país com médias comunitárias, com a Espanha e com países extremos em termos de incidência dos trabalhadores com baixos salários (a Dinamarca e a Letónia).

### Trabalhadores com baixos salários em 2006 (TBS)

	Salário anual mediano (€)	Nº TBS (mil)	%	% M	% CP
UE 27		15183,2	17,2	23,1	30,5
Área do euro		7884,7	14,7	20,1	26,7
Portugal	11307	449,8	20,3	26,6	29,2
Dinamarca	43035	117,9	8,0	11,6	8,7
Letónia	4375	171,4	30,9	32,3	32,9
Espanha	19576	1084,7	15,2	22,6	25,6

Fonte: Eurostat; M = mulheres; CP = contrato a prazo

Portugal pertence ao grupo de países com uma proporção de trabalhadores com baixos salários acima da média europeia. Este grupo compreende basicamente a Alemanha, países anglo-saxónicos e países da Europa Central e Oriental. Verifica-se que as mulheres são particularmente afectadas (27%); o mesmo ocorre com os trabalhadores com contratos a prazo (29%) e, pode-se ainda acrescentar, com os que têm baixa habilitação (30%). Por actividades, os serviços (hotelaria e restauração, outros serviços e comércio e reparação) são os mais afectados. Os jovens serão também mais abrangidos, até porque têm maior precariedade. A evolução desde 2006 apresenta aspectos positivos já que estes dados não reflectem a valorização do salário mínimo entretanto ocorrida; mas a precariedade agravou-se.

## Salário mínimo

O salário mínimo nacional em Portugal é o mais baixo da UE15, quando se consideram os países que têm salário mínimo, e situa-se num grupo intermédio quando se compara com a UE27. Mas alguns países do alargamento, como a Eslovénia e Malta, têm valores superiores. Refira-se que o valor indicado no quadro para Portugal é superior ao valor legal porque o Eurostat corrige os valores praticados quando o salário mínimo é pago durante 14 meses e não 12. O mesmo se passa com Espanha e com a Grécia.

Salários mínimos na UE (euros)

	2009	2008	2007	2006	2005
Luxemburgo	1642	1570	1570	1503	1467
Irlanda	1462	1462	1403	1293	1183
Holanda	1382	1335	1301	1273	1265
Reino Unido	1010	1223	1361	1269	1197
Bélgica	1387	1310	1259	1234	1210
França	1321	1280	1254	1218	1197
Grécia		681	668	668	668
Espanha	728	700	666	631	599
Malta	630	612	585	580	557
Eslovénia	589	539	522	512	490
<b>Portugal</b>	<b>525</b>	<b>497</b>	<b>470</b>	<b>450</b>	<b>437</b>
R. Checa	306	304	288	261	235
Hungria	270	273	258	247	232
Polónia	281	313	246	234	205
Estónia	278	278	230	192	172
Eslováquia	296	242	217	183	167
Lituânia	232	232	174	159	145
Látvia	254	229	172	129	116

Fonte: Eurostat

Alguns dos valores do salário mínimo em 2008 e 2009 aparecem anómalos já que são inferiores aos de 2007, o que é devido a desvalorizações da moeda nalguns países (exemplo, no Reino Unido) já que os montantes são expressos em euros.

## CONCLUSÕES

Em suma, pode concluir-se:

- Vive-se num contexto de uma enorme pressão sobre os salários, que foi intensificada com o PEC. A ideia de que aumentos salariais mais reduzidos constituem um sacrifício necessário com vista a defender o emprego tem de ser combatida;
- A melhoria dos salários é necessária para dinamizar a economia: para aumentar a procura interna o que contribui para o crescimento; para combater o clima depressivo existente já que as famílias temem o futuro; para contribuir para o aumento do emprego

absorvendo desemprego; para melhorar a condição financeira das famílias (o que tem, por exemplo, impactos positivos no pagamentos de dívidas a bancos e na redução de créditos mal-parados);

- Em períodos de crise é fácil fazer passar a mensagem de que mais vale não aumentar os salários do que perder o emprego. Mesmo que tal possa ser verdadeiro em certos casos (ex. um empresa em crise), a propagação destas reduções a outras empresas diminui a procura na economia, o que, em última instância, conduz ao encerramento de empresas;
- Verifica-se haver uma tendência de estabilização da parte salarial na distribuição do rendimento nacional. Esta tinha em 2007 a mesma participação que em 2000, apesar do emprego remunerado ter aumentado;
- Em 2007, um em cada três trabalhadores por conta de outrem a tempo completo ganhava menos de 500 euros, o que abrangia cerca de 930 mil trabalhadores declarados nos Quadros de Pessoal;
- O salário de base dos quadros superiores em 2007 era 6,1 vezes a de um trabalhador menos qualificado. Este leque era de 4 em 1991;
- Os salários são mais baixos: nas pequenas empresas; nos trabalhadores com o 1º ciclo do ensino básico; nos contratados a prazo;
- Os trabalhadores abrangidos pelo salário mínimo têm vindo a crescer, passando de 4,5% em 2006 para 8,2% em Abril de 2009;
- Em 2008, um membro da Comissão Executiva de uma instituição financeira ganhava um valor que equivalia a quase 129 salários mínimos e a mais de 52 salários médios;
- O ganho é de 41% da média da UE 15 e de 70% do verificado em Espanha;
- Portugal pertence ao grupo de países com uma proporção de trabalhadores com baixos salários acima da média europeia.